



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

GESTÃO PARA OFERTA REGIONALIZADA DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

APRESENTAÇÃO

A regionalização dos serviços de Proteção Social Especial-PSE é uma estratégia prevista no Sistema Único de Assistência Social-SUAS para atendimento a um conjunto de municípios previamente identificados, que não possuem oferta municipal de serviços de Proteção Social Especial e onde há incidência de situações de violação de direitos.

A oferta regionalizada dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade configura-se como estratégia que visa garantir a universalização do acesso da população aos serviços especializados do SUAS, aos direitos e seguranças afiançadas pelo Sistema, na perspectiva da sua integralidade na proteção socioassistencial aos cidadãos, aliada a territorialização da proteção social básica.

O modelo de regionalização é direcionado a demandas advindas de municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, ou seja, àqueles classificados de pequeno porte I – PPI (abaixo de 20.000 mil habitantes) e pequeno porte II – PPII (com população acima de 20.000 mil e inferior a 50.000 mil habitantes), o que representa no nosso Estado, 81% dos municípios pernambucanos (149 cidades).

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

O atendimento prestado às crianças e adolescentes deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, rompendo definitivamente as dimensões da massificação, isolamento e completude institucional.

Atualmente, o Estado de Pernambuco conta com apenas 25% do total de municípios, ou seja, 47 (quarenta e sete) cidades com serviços de alta complexidade para crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento institucional (art. 101, VII – ECA). Este cenário tem levado centenas de crianças e adolescentes com laços familiares interrompidos, em virtude de situação de



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

risco e violação de direitos a viverem geograficamente distantes de suas famílias e de seus costumes, visto que são obrigados a receber a medida de proteção fora de seus municípios de origem.

De acordo com as informações fornecidas por profissionais dos serviços de acolhimento, através de contato telefônico realizado pela Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade-GEPAC em dezembro de 2018, foram identificadas 1.014 crianças e adolescentes em acolhimento institucional, desse total 303 estavam acolhidas fora de seus municípios de origem. Os serviços somavam 85 unidades presentes em 47 municípios, distribuídos em 11 regiões de desenvolvimento. A Região de Sertão do Araripe não conta com esse tipo de retaguarda. Cobertura insuficiente para atender a demanda identificada.

No que se refere à modalidade dos serviços temos, os abrigos institucionais, as casas de passagem e as casas lares. Sendo, o primeiro modelo prevalecente entre os demais. Para cada modalidade, existem parâmetros de funcionamento distintos, capacidade máxima de atendimento, equipe de referência, infra-estrutura e espaços mínimos indicados. Importante destacar que embora apareçam serviços como casa de passagem, esta modalidade não está tipificada para o público de crianças e adolescentes. Viviane, não foi possível fazer referência ao dados coletados em 2019, copiei os arquivos localizados no computador que Michelle trabalhou, mas são dados incompletos. Por isso no texto cito dez.2019.

Na oferta regionalizada de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, caberá ao Estado a organização, estruturação, coordenação e prestação dos serviços sob execução indireta, através de Organização da Sociedade Civil-OSC.

A área de abrangência do Plano de Regionalização contemplará 11 (onze) Regiões de Desenvolvimento: Mata Norte, Sul, Agreste Central, Meridional, Setentrional, Sertão do Moxotó, Itaparica, Pajeú, Central, São Francisco e Araripe; ampliando a cobertura dos serviços de alta complexidade de 25% para 96% dos municípios pernambucanos. Ficam de fora do processo de regionalização os municípios de médio e grande porte (aqueles com população entre 50.001 até 900.00 habitantes), e a metrópole Recife, como orienta o Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS (Resolução nº 31, de 31 de outubro de 2013). Serão 18 (dezoito) novos municípios sede com serviço de acolhimento implantado e 111 (cento e onze) municípios vinculados a estes. Os critérios para a estrutura do plano de regionalização serão apresentados no decorrer deste documento. A escala de prioridades para implantação dos serviços considerou a incidência de violação de direitos contra crianças e adolescentes por municípios em cada região de desenvolvimento.

Conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescentes – ECA, a medida protetiva de acolhimento institucional deverá ser excepcional e provisória e deverá ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável (art.101, §1º e 7º).

A implantação do Plano de Regionalização dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes constitui um compromisso do Governo Estadual em garantir a ampliação da cobertura de proteção social especial em seus princípios de integralidade, convivência familiar e comunitária, equidade e igualdade de direitos no acesso ao atendimento, de modo a contemplar municípios de PPI e PPII, que ainda, não contam com equipamentos dessa natureza.

A oferta regionalizada deverá ocorrer a partir de um planejamento e metas de forma a



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

atender uma escala de prioridades que considerou ao longo dos últimos cinco anos estudos e diagnóstico socioterritorial realizados pela Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade-GEPAC/ Secretaria Executiva de Assistência Social-SEASS/ Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude-SDSCJ.

Foram considerados indicadores destaque para o diagnóstico: a incidência de aplicação de medida protetiva em acolhimento institucional por graves violações de direitos, inexistência de serviços de alta complexidade para crianças e adolescentes, porte populacional dos municípios, mapeamento da rede de serviços socioassistenciais/ de saúde/ e de educação, proximidade com sede de comarca, distância entre os municípios (sede/vinculados) e sua extensão territorial.

Importante destacar que a indicação dos municípios está atrelada a critérios e normativas técnicas. Veremos, portanto, duas categorias de municípios (SEDE – aquele que receberá o serviço de acolhimento institucional e terá suas demandas atendidas) e (VINCULADO – aquele que demandará para o município sede). Apenas o serviço regionalizado com sede no município de Garanhuns, não terá demandas atendidas no serviço regionalizado por ser de grande porte, e já contar com equipamento municipal.

Caberá aos municípios vinculados à área de abrangência da regionalização apoiar a oferta do serviço e assegurar o atendimento às famílias de origem das crianças e adolescentes com vistas à reintegração familiar, por meio de ações planejadas e articuladas da rede municipal com o serviço de acolhimento, bem como viabilizar condições de deslocamento das famílias para visitas periódicas aos serviços regionalizados. Neste contexto, vale ressaltar a necessidade imperiosa do regime de cooperação entre o Governo do Estado, instituição executora e os municípios da área de abrangência da regionalização para assegurar a qualidade na oferta de serviço às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Viviane, o destaque em amarelo faz parte do Art.19 pág.9 da Resolução CNAS nº 31/ 2013.

O Plano de Regionalização foi submetido à Comissão Intergestores Bipartite-CIB, instituída pela Portaria Nº 124, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, de 03/08/1999, em reunião ordinária realizada em 26 de junho de 2019 para pactuação, de acordo com as competências estabelecidas no Regimento Interno e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOBSUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 e deliberado para aprovação no Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS. O Plano de Regionalização foi aprovado conforme Resolução CIB nº 07, de 27 de junho de 2019, visando a implantação de novos serviços de acolhimento e a qualificação da rede existente e adequação dos mesmos às normas vigentes.

O Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), e em face à aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Pernambuco (CEAS), tornará pública a abertura de chamamento para Organizações da Sociedade Civil, com o objetivo de firmar Termo de Colaboração de execução do Plano de Oferta Regionalização de Serviços de Acolhimento Institucional na Modalidade Abrigo para Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco.

O desenvolvimento destas ações atende às normativas da Política Nacional de Assistência Social e está amparado, sobretudo, na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução Conjunta nº 1/2009 - CNAS/CONANDA – Orientações Técnicas: Serviços de



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade – GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Acolhimento para Crianças e Adolescentes, pela Lei Federal nº 12.010/2009 - dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução CNAS nº 31/2013 – aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços.

Sendo assim, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, por meio da Secretaria Executiva de Assistência Social e da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especifica neste Termo de Referência e em seus anexos os parâmetros a serem seguidos quando da realização das ações para a oferta de serviços regionalizados no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Cientes do desafio que estamos a enfrentar, sobretudo, na conjuntura atual, mas convictos da responsabilidade de assegurar como prioridade absoluta o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes quando ameaçados ou violados, a SDSCJ reitera nesse documento o compromisso com a infância e juventude.

DA DEFINIÇÃO PARA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento institucional (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou extensa, e na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, e seguindo o padrão arquitetônico das demais residências e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários.

A capacidade de atendimento deverá ser para até 20 (vinte) crianças e adolescentes.

CÔMODOS E CARACTERÍSTICAS

Quartos



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).

Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade.

Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante.

Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.

Sala de Estar ou Similar

Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.

Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.

Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m²

Sala de Jantar / Copa

Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.

Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha)

Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.

Ambiente para Estudo

Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.

Banheiro

Banheiros com 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes. Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência⁹⁶.

1 lavatório e 1 vaso sanitário e chuveiro para os cuidadores/educadores.

Cozinha

Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Área de Serviço

Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.

Área Externa (varanda, quintal, jardim, etc)

Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos.

Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.

Sala para Equipe Técnica

Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc).

Sala de Coordenação / Atividades Administrativas

Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc). O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.

Sala / Espaço para Reuniões

Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias.

RECURSOS HUMANOS

Para que o atendimento possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (por exemplo: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão, caracterizados pela grande alternância na prestação de tais cuidados.

Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não-governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou, excepcionalmente, estar vinculada ao órgão gestor da Assistência Social ou a outro órgão público ou privado, sendo exclusivamente destinada para esse fim. Em ambos os casos, deverá ser respeitado o número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições elencadas na Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009.



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade – GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Equipe Profissional Mínima

Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador, conforme detalhado a seguir:

Função	Perfil	Quantidade	Principais Atividades Desenvolvidas
Coordenador	Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere. Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.	1 profissional para cada serviço. Carga horária mínima de 40 horas semanais.	Gestão da entidade. Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço. Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos. Articulação com a rede de serviços. Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.
Equipe Técnica	Formação Mínima: Nível superior (psicólogo, assistente social). Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.	2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes. Carga horária mínima indicada: 30 horas semanais.	Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

			adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios regulares sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem e extensa, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem, extensa ou adotiva, quando for o caso.
Educador/cuidador	Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica. Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes.	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com	Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

		demandas específicas b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.	Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar de Educador/cuidador	Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica. Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes.	1 profissional para até 10 usuários, por turno. Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação. A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador.	Apoio às funções do educador/cuidador. Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros).

DO OBJETO

Implantação de serviços de acolhimento para criança e adolescente de forma regionalizada através de Termo de Colaboração entre a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e Organização da Sociedade Civil, devidamente habilitada nos critérios do edital de chamamento público para **GESTÃO PARA OFERTA REGIONALIZADA DE SERVIÇOS DE**



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos moldes da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conjunta nº 1/2009 - CNAS/CONANDA – Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, da Lei Federal nº 12.010/2009 – que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e da Resolução CNAS nº 31/2013 – que aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

JUSTIFICATIVA

A oferta de serviços regionalizados da Proteção Social Especial - PSE - é uma das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, prevista nas legislações e normativas vigentes, como uma das possibilidades de implantação dos serviços de proteção social especial, com o objetivo de garantir sua universalização. Ela surge como uma responsabilidade dos entes estaduais, que devem implantar de forma direta, indireta ou em regime de cooperação com os municípios da área de abrangência da regionalização os serviços de proteção social especial de caráter regional nos municípios de pequeno porte I e II, com população inferior a 50 mil habitantes.

No território nacional, o Estado de Pernambuco é um dos poucos que ainda executa de forma direta e fora do modelo de regionalização, serviços de alta complexidade, sobretudo, para o público de crianças e adolescentes. Outro aspecto que repercute de forma negativa é que essa execução ocorre na metrópole através dos abrigos Casa da Madalena e Casa Vovó Geralda, ambas em Recife e em município de grande porte como é o caso do Centro de Atendimento à Criança-CEAC em Garanhuns. Situação que já é apontada como irregular em ações movidas pelo Ministério Público, através da 32ª e 33ª Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (Promoção de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente), 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhuns e Poder Judiciário.

O modelo em vigência vem sendo alvo de incisivas críticas e representações pelos órgãos acima mencionados, visto que o número de serviços é de absoluta insuficiência para atender a demanda dos municípios de PPI e PPII que não contam em sua rede de proteção com abrigos ou outra modalidade desse tipo de equipamento da política da assistência social, o gera situações complexas e extremas, como por exemplo, a superlotação (serviços atendendo com até 250% acima de sua capacidade máxima), distanciamento geográfico, visto que as demandas das regiões do sertão, agreste e mata são encaminhadas para Garanhuns ou Recife, comprometendo substancialmente o trabalho de reintegração familiar dessas crianças e adolescentes, ferindo a provisoriedade da medida (art. 101, § 1º - ECA).

A implantação do Plano de Regionalização para Pernambuco é uma pauta prioritária na agenda da Secretaria Executiva de Assistência Social-SEASS, principalmente, nos últimos anos, 2015/2019 e se revela após estudos, diagnósticos e intenso debate como alternativa viável (técnica e financeira) na garantia de direitos para crianças e adolescentes que necessitam da medida protetiva



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

de acolhimento institucional e que estas sejam ofertadas de modo a reparar os traumas das violências precocemente vividos e da separação dos vínculos familiares e comunitários.

A SDSCJ, por meio da SEASS/GEPAC, vem apresentando desde 2015 aos gestores municipais por meio da Comissão Intergestores Bipartite-CIB, Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS, Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude-CAOPIJ-PE e Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital) versões preliminares com proposta concretas para a regionalização no estado de Pernambuco.

No âmbito federal em 2013, foram realizadas discussões na Comissão Intergestores Tripartite-CIT, em seminários no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, que teve como produto a publicação da Resolução CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013 e da Resolução CIT nº 17, de 03 de outubro de 2013, Resolução CNAS nº 11 de 17 de abril de 2014, que dispõem sobre as diretrizes para a regionalização dos serviços de proteção social especial e para o cofinanciamento de serviços regionais. O conjunto dos documentos referidos apresentam indicações e regras gerais que devem ser observadas na implantação dos serviços regionalizados e ainda apontam que caberá a cada estado definir seu modelo de regionalização, envolvendo tanto o órgão gestor quanto as instâncias de pactuação e deliberação, CIB e CEAS.

Contudo, é importante destacar que o Plano de Regionalização aqui mencionado e para o qual se destina este Termo de Referência, não adere a todos os critérios da regionalização por meio da Resolução CNAS nº 31/2013, uma vez que não haverá no presente, cofinanciamento federal, porém não se distancia sobremaneira. Competirá ao Estado de Pernambuco a responsabilidade de elaborar, implantar, implementar e financiar a regionalização que terá sua gestão sob a responsabilidade de Organização da Sociedade Civil, habilitada e atendendo às exigências contidas neste Termo de Referência, que passará a compor o edital de chamamento público. De toda forma, é fundamental compreendermos que o sucesso desse novo modelo de execução se dará a partir da corresponsabilidade entre os entes federados (Municípios e Estado) e dos órgãos e profissionais que representam o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes.

Seguramente a regionalização dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade-PSEAC, já gerou avanços importantes a nível nacional e no âmbito de alguns estados como (Minas Gerais, Santa Catarina, Tocantins, Paraíba, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo).

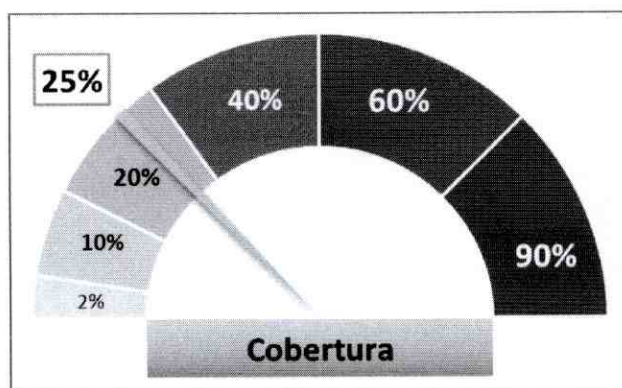
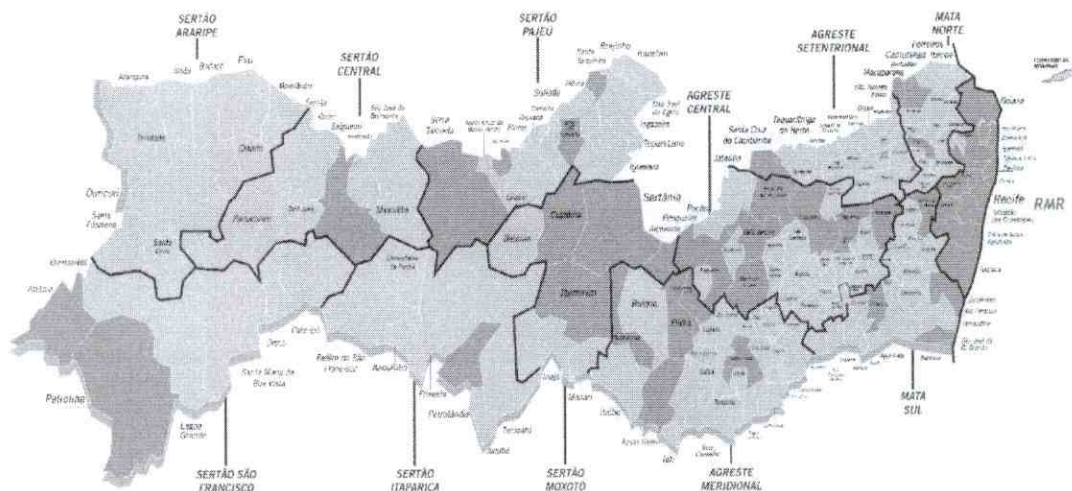
As representações dos mapas e gráficos a seguir demonstram o cenário atual e os avanços na cobertura dos serviços a partir da oferta regionalizada.

Cenário 1

Cobertura atual de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em PE – 47 municípios com serviços implantados e dois municípios vinculados.



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

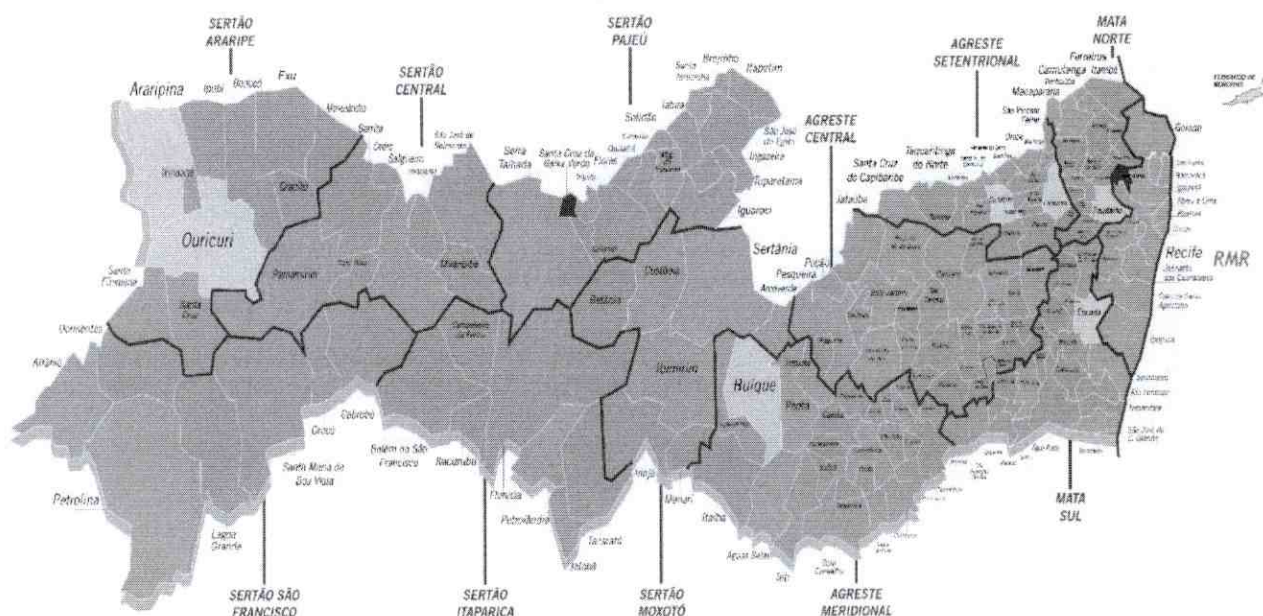


Cenário 2

Cobertura a partir da oferta regionalizada – 64 municípios com serviços implantados e 111 municípios vinculados. O destaque em vermelho no mapa representa municípios sem serviço de acolhimento implantado (Araçoiaba e Santa Cruz da Baixa Verde), mas já vinculados a cidades que dispõem desse tipo de equipamento social (Igarassu e Triunfo).



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740



O marco legal para infância e adolescência no Brasil avançou substancialmente a partir do final do século passado. A grande importância da infância e da adolescência, como período de construção do sujeito, fez com que o tema da proteção especial assumisse mais força sob o amparo das leis (Constituição Federal/88 e Estatuto da Criança e do Adolescente/1990) e dos diferentes atores, responsáveis pela garantia de sua eficaz aplicação.

A mudança de paradigma que ocorre com a profissionalização da assistência social no país, deixando de ser uma ação voluntária, de caridade, benevolência, assistencialismo para se transformar em política pública para aqueles (as) que dela necessitam cujos serviços ofertados são tipificados (Resolução CNAS nº 109/2009) com equipe profissional de referência para cada tipo de equipamento, de acordo com o perfil do público atendido (Norma Operacional Básica de Recursos



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS) impõe caráter urgente para qualificação do atendimento e ampliação da rede de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Pernambuco. As normativas técnicas que regulamentam, no território nacional, a organização e a oferta de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, no âmbito da política de assistência social (Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº1/2009), constituem importantes subsídios para elaboração desse Termo de Referência.

Neste sentido, a SDSCJ/SEASS/GEPAC propõe como forma de garantir a universalização do atendimento e a proximidade territorial das crianças e adolescentes sob medida protetiva (art. 101, VII - ECA) com suas famílias de origem e comunidades, a execução da **OFERTA REGIONALIZADA DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE PERNAMBUCO**, visando à celebração do Termo de Colaboração, para o exercício financeiro 2019/2020.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

“A regionalização na assistência social pode ser considerada como a busca ou a instrumentalização da melhor disposição e distribuição técnica e espacial dos serviços, visando cobertura e acesso da população às ações, com máxima eficiência institucional e social. A regionalização é uma diretriz do Sistema Único da Assistência Social e um eixo estruturante do Pacto de Gestão”. Sendo assim, espera-se:

- Universalização do acesso da população aos serviços socioassistenciais;
- Acesso aos direitos e seguranças afiançadas pelo SUAS e a integralidade da proteção socioassistencial aos cidadãos de todo o estado, aliada a territorialização da proteção social básica;
- Superação do cenário de superlotação que desqualifica o atendimento prestado;
- Redução do distanciamento geográfico entre os serviços e as famílias das crianças e adolescentes acolhidos;
- Fortalecimento do trabalho das equipes nos processos de reintegração familiar;
- Atendimento às condições da medida de acolhimento institucional nos aspectos protetivo, provisório e excepcional;
- Equipe técnica de referência ou técnico de referência da Proteção Social Especial dos municípios vinculados com a atribuição de realizar a interface entre as famílias e as crianças e adolescentes acolhidos e com a equipe do serviço de acolhimento.



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Implantar o Plano de Oferta Regionalizada de Serviços de Acolhimento Institucional na Modalidade Abrigo para Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco, através de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil, habilitada para atender os critérios estabelecidos no edital de abertura para chamamento público, na execução do exercício financeiro 2019/2020.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Escalonar a implantação da oferta regionalizada dos serviços de acordo com os maiores índices de acolhimento institucional de crianças e adolescentes por região;
- Encerrar gradativamente o atendimento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de execução direta da SDSCJ, quais sejam, Centro de Atendimento à Criança (Garanhuns), Casa Vovó Geralda e Casa da Madalena (ambos em Recife);
- Reduzir o número de crianças e adolescentes acolhidas fora de seus municípios de origem;
- Diminuir a distância geográfica entre os serviços de acolhimento e os municípios de origem das crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional;
- Reduzir os impactos financeiros com a execução direta de serviços pelo governo do estado.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A oferta regionalizada contemplará 128 (cento e vinte e oito) municípios distribuídos em 11 (onze) regiões de desenvolvimento, com a implantação de 18 (dezoito) serviços regionalizados e capacidade total para atender 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes.

A soma da capacidade de atendimento dos três serviços estaduais atualmente em execução (Casa da Madalena, Vovó Geralda e Centro de Atendimento à Criança-CEA) é de 60 crianças e adolescentes, com a regionalização essa capacidade será ampliada em 300%, ou seja, passaremos a contar com 240 metas de atendimento, superando o desafio histórico da superlotação e o distanciamento geográfico entre o público acolhido e suas famílias.

A implantação dos serviços acontecerá por bloco, e atenderá uma escala de prioridades. A Região do Agreste Meridional deverá receber os primeiros serviços regionalizados no Estado de Pernambuco, seguida das Regiões da Mata Sul, Agreste Central e Agreste Setentrional. No segundo bloco a Mata Sul, Agreste Central, Mata Norte e Sertão do Pejeú receberão mais seis serviços e o último bloco, terá equipamentos implantados na Mata Norte, Sertão do Itaparica, Agreste Setentrional, Sertões do Araripe, São Francisco e Central.

Em seguida demonstraremos no **quadro 1** os município que atualmente têm serviço(s) e no



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

quadro 2 o cenário com a ampliação da rede de serviços com a oferta regionalizada.

Quadro 1

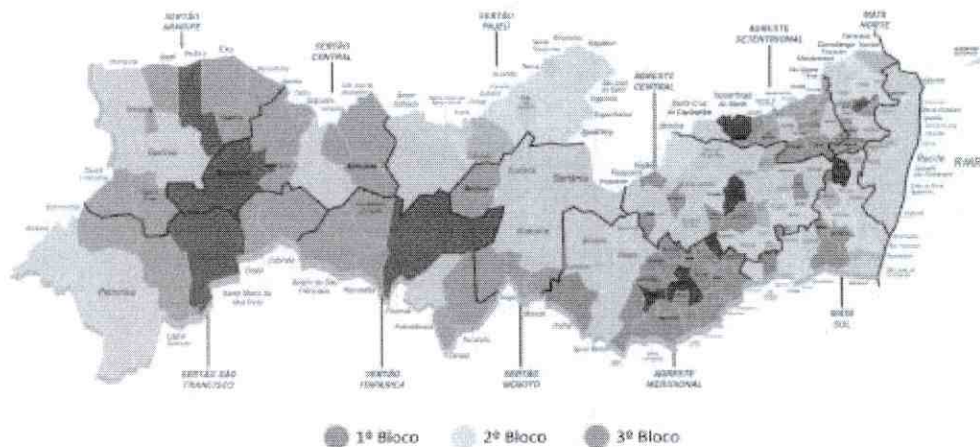
Municípios com Serviços de Acolhimento Implantado	Região de Desenvolvimento	Município(s) Vinculado(s)
1. Abreu e Lima	Região Metropolitana	Não há
2. Cabo de Santo Agostinho		Não há
3. Camaragibe		Não há
4. Goiana		Não há
5. Igarassu		Araçoiaba
6. Ilha de Itamaracá		Não há
7. Ipojuca		Não há
8. Itapissuma		Não há
9. Jaboatão dos Guararapes		Não há
10. Moreno		Não há
11. Olinda		Não há
12. Paulista		Não há
13. Recife		Não há
14. São Lourenço da Mata		Não há
15. Carpina	Mata Norte	Não há
16. Macaparana		Não há
17. Timbaúba		Não há
18. Barreiros	Mata Sul	Não há
19. Palmares		Não há
20. São José da Coroa Grande		Não há
21. Sirinhaém		Não há
22. Vitória de Santo Antão		Não há
23. Belo Jardim	Agreste Central	Não há
24. Bezerros		Não há
25. Brejo da Madre de Deus		Não há
26. Caruaru		Não há
27. Gravatá		Não há
28. Pesqueira		Não há
29. São Bento do Una		Não há
30. Santa Cruz do Capibaribe	Agreste Setentrional	Não há
31. Águas Belas	Agreste Meridional	Não há
32. Garanhuns		Não há
33. Pedra		Não há
34. Tupanatinga		Não há
35. Venturosa		Não há
36. Arcoverde	Sertão do Moxotó	Não há
37. Custódia		Não há
38. Ibimirim		Não há
39. Sertânia		Não há
40. Serra Talhada	Sertão do Pajeú	Não há
41. Triunfo		Santa Cruz da Baixa Verde
42. Afogados da Ingazeira		Não há
43. Santa Terezinha	Sertão Central	Não há
44. Salgueiro		Não há
45. Petrolândia	Sertão do Itaparica	Não há
46. Petrolina	Sertão do São Francisco	Não há
47. Afrânio		Não há



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Quadro 2

Blocos por Ordem de Prioridade	Município Sede	Municípios Vinculados
1º Bloco	Garanhuns	Angelim, Brejão Caetés, Paranatama, Jupi, Palmeirinda e São João.
	Saloá	Bom Conselho, Canhotinho, Iati, Itaíba, Lagoa do Ouro, Correntes.
	Lajedo	Terezinha, Capoeiras, Calçado, Jucati e Jurema.
	Pombos	Belém de Maria, Chã Grande, São Benedito do Sul, Gameleira, Água Preta e Joaquim Nabuco.
	São Caitano	Alagoinha, Altinho, Cachoeirinha, Poção, Sairé e Sanharó
	Taquaritinga do Norte	Cumarú, João Alfredo, Machados, Passira, Feira Nova, Vertente do Lério e Vertentes.
2º Bloco	Tamandaré	Catende, Ribeirão, Rio Formoso e Xexéu.
	Agrestina	Barra de Guabiraba, Bonito, Ibirajuba, Lagoa dos Gatos, Cupira, e Panelas.
	Itambé	Aliança, Camutanga, Condado, Ferreiros, Itaquitinga e Vicência.
	Flores	Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama.
	Riacho das Almas	Camocim de São Felix, Jataúba, São Joaquim do Monte e Tacaimbó.
	Amaraji	Cortês, Jaqueira, Maraial, Primavera e Quipapá.
3º Bloco	Nazaré da Mata	Buenos Aires, Chã de Alegria, Glória do Goitá, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga e Tracunhaém.
	Floresta	Belém do São Francisco, Canaubeira da Penha, Itacuruba, Jatobá, Tacaratu, Betânia Inajá e Manari.
	Toritama	Bom Jardim, Casinhas, Orobó, Salgadinho, Frei Miguelinho, Santa Maria do Cambucá e São Vicente Férrer.
	Bodocó	Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena e Tindade.
	Santa Maria da Boa Vista	Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista.
	Parnamirim	Cedro, Mirandiba, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante.





Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Elementos considerados para indicação dos municípios sede e composição dos municípios vinculados:

Municípios Sede

- ✓ Ser sede de Comarca;
- ✓ Ter CREAS implantado e em funcionamento;
- ✓ Proximidade territorial com os municípios vinculados;
- ✓ Regiões e microrregiões sem cobertura dessa modalidade de serviço;

Municípios Vinculados

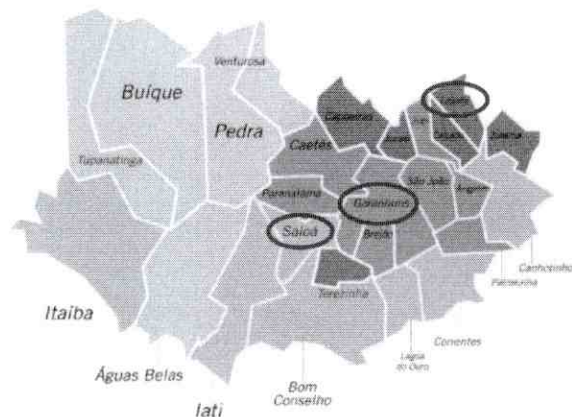
- ✓ Municípios com população inferior a 50.000 habitantes (PPI e PPII) que não tenha implantado ou em fase de implantação serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;
- ✓ Diagnóstico da situação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no estado;
- ✓ Distribuição de acordo com a frequência das situações de violação de direito (prevenir superlotação dos serviços).

Para melhor detalhamento do desenho da oferta de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na modalidade *abrigo institucional*, apresentamos os mapas e tabelas abaixo:



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

➤ AGRESTE MERIDIONAL



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
●	Garanhuns	Abrigo	20
●	Saloá	Abrigo	20
●	Lajedo	Abrigo	20

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Angelim	PPI	10.204	25,9 km (28 min)
Brejão	PPI	8.851	24,9 km (31 min)
Caetés	PPII	26.577	19,0 km (19 min)
Paranatama	PPI	11.001	20,6 km (21 min)
Jupi	PPI	13.709	23,8 km (26 min)
Palmeirina	PPI	8.188	42,4 km (46 min)
São João	PPII	21.305	15,9 km (21 min)
Total da População		99.835	SEDE Garanhuns

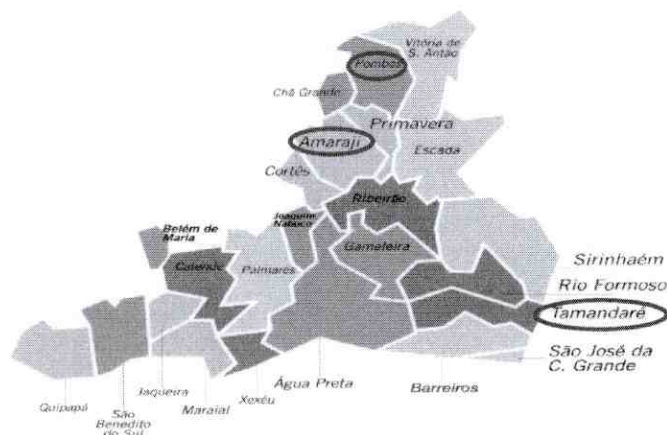
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Bom Conselho	PPII	45.506	26,3 km (35 min)
Canhotinho	PPII	24.536	67 km (1 h 5 min)
Iati	PPI	18.271	30 km (31 min)
Itaíba	PPII	26.264	99,3 km (1 h 40 min)
Lagoa do Ouro	PPI	12.121	69,5 km (1 h 11 min)
Correntes	PPI	17.421	77,8 km (1h 13 min)
Saloá	PPI	15.283	SEDE
Total da População		159.402	

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Terezinha	PPI	6.737	65,8 km (1h 8 min)
Capoeiras	PPI	19.593	53,5 km (55 min)
Calçado	PPI	11.125	21,5 km (24 min)
Jucati	PPI	10.604	21,5 km (25 min)
Jurema	PPI	14.494	31,8 km (35 min)
Lajedo	PPII	36.606	SEDE
Total da População		99.159	



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

➤ MATA SUL



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
●	Pombos	Abrigo	20
●	Amaraji	Abrigo	15
●	Tamandaré	Abrigo	15

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Belém de Maria	PPI	11.349	94,5 km (1h 32 min)
Chã Grande	PPII	20.020	22,2 km (25 min)
São Benedito do Sul	PPI	13.939	149 km (1h 57min)
Gamaleira	PPII	27.915	86,6 km (1h 28min)
Água Preta	PPII	33.046	119,0 km (1h 46min)
Joaquim Nabuco	PPI	15.774	107 km (1h 38 min)
Pombos	PPII	24.033	SEDE
Total da População		146.076	

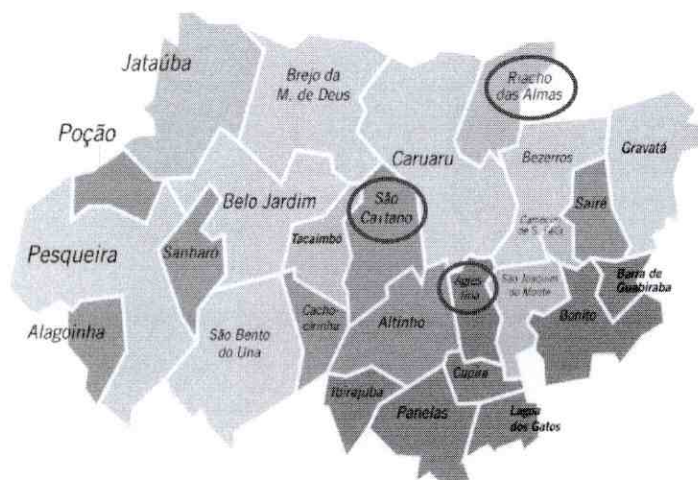
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Cortês	PPI	12.458	18 km (35 min)
Jaqueira	PPI	11.513	103 km (1h 24 min)
Maraial	PPI	12.257	116 km (1h 52 min)
Primavera	PPI	13.439	16,7 km (22 min)
Quipapá	PPII	24.187	134 km (1h 53min)
Amaraji	PPII	21.925	SEDE
Total da População		95.779	

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Catende	PPII	37.830	88,2 km (1h 24 min)
Ribeirão	PPII	44.445	60,3 km (1h 3 min)
Rio Formoso	PPII	22.140	19,1 km (20 min)
Xexéu	PPI	14.092	86,1 km (1h 17 min)
Tamandaré	PPII	20.745	SEDE
Total da População		139.252	



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

➤ AGRESTE CENTRAL



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
●	São Caitano	Abrigo	10
●	Riacho das Almas	Abrigo	10
●	Agrestina	Abrigo	10

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Alagoíinha	PPI	13.761	77,7 km (1h 13 min)
Altinho	PPII	22.363	30,8 km (47 min)
Cachoeirinha	PPI	18.833	22,5 km (20 min)
Poção	PPI	11.242	90,3 km (1h 32 min)
Sairé	PPI	11.242	70,2 km (1h 8 min)
Sanharó	PPII	21.960	48,1 km (46 min)
São Caitano	PPII	35.278	SEDE
Total da População		134.679	

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Camocim de São Félix	PPI	17.104	50,2 km (1h 2 min)
Jataúba	PPI	15.810	110,0 km (1h 51 min)
São Joaquim do Monte	PPII	20.489	60,5 km (1h 13min)
Tacaimbó	PPI	12.704	64,0 km (1h)
Riacho das Almas	PPI	19.158	SEDE
Total da População		85.265	

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Barra de Guabiraba	PPI	12.765	50,3 km (56 min)
Bonito	PPII	37.570	32,0 km (39 min)
Ibirajuba	PPI	7.534	33,9 km (33 min)
Lagoa dos Gatos	PPI	15.615	34,2 km (45 min)
Cupira	PPII	23.392	20,9 (km 19 min)
Pannels	PPII	25.654	28,5 km (22 min)
Agrestina	PPII	22.680	SEDE
Total da População		145.210	



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

➤ AGRESTE SETENTRIONAL



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Toritama	Abrigo	10
	Taquaritinga do Norte	Abrigo	20

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Bom Jardim	PPII	37.828	68,5 km (1h 19 min)
Casinhas	PPI	13.791	55,9 km (1h 18 min)
Orobó	PPII	22.865	72,3 km (1h 23 min)
Salgadinho	PPI	9.287	70,8 km (1h 29 min)
Frei Miguelinho	PPI	14.231	30,2 km (33 min)
Santa Maria do Cambucá	PPI	13.023	31,8 km (38 min)
São Vicente Férrer	PPI	17.000	107 km (1h 56 min)
Toritama	PPII	35.631	SEDE
Total da População		163.656	

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Cumaru	PPI	17.166	96,3 km (1h 34 min)
João Alfredo	PPII	30.735	75,2 km (1h 28 min)
Machados	PPI	13.632	108 km (1h 59 min)
Passira	PPII	28.664	105 km (1 h 40 min)
Feira Nova	PPII	20.588	109 km (2h 2 min)



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Vertente do Lério	PPI	7.894	62,5km (1h 11 min)
Vertentes	PPI	18.267	27,1 km (31 min)
Taquaritinga do Norte	PPII	24.923	SEDE
Total da População		161.869	

➤ **MATA NORTE**



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
●	Nazaré da Mata	Abrigo	10
●	Itambé	Abrigo	10

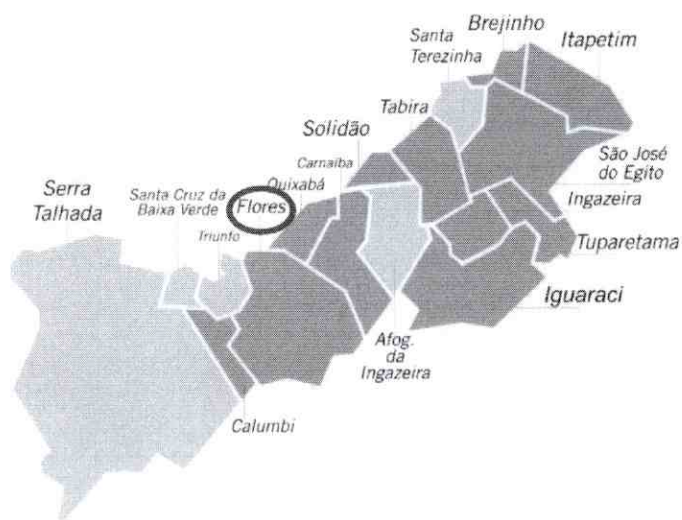
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Buenos Aires	PPI	12.537	13,7 km (16 min)
Chã de Alegria	PPI	12.375	38,0 km (41 min)
Glória do Goitá	PPII	29.675	49,0 km (56 min)
Lagoa do Carro	PPII	15.990	20,3 km (33 min)
Lagoa de Itaenga	PPI	20.653	30,0 km (39 min)
Tracunhaém	PPI	13.055	8,9 km (15 min)
Nazaré da Mata	PPII	30.782	SEDE
Total da População		135.067	



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assis
 Gerência de Proteção Social de A
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Rec

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Aliança	PPII	37.414	20,1 km (19 min)
Camutanga	PPI	8.147	48,5 km (48 min)
Condado	PPII	24.298	38,5 km (36 min)
Ferreiros	PPI	11.437	43,3 km (41 min)
Itaquitinga	PPI	15.698	26,2 km (20 min)
Vicência	PPII	30.731	21,3 km (20 min)
Itambé	PPII	35.398	SEDE
Total da População		163.123	

➤ SERTÃO DO PAJEÚ



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Flores	Abrigo	10

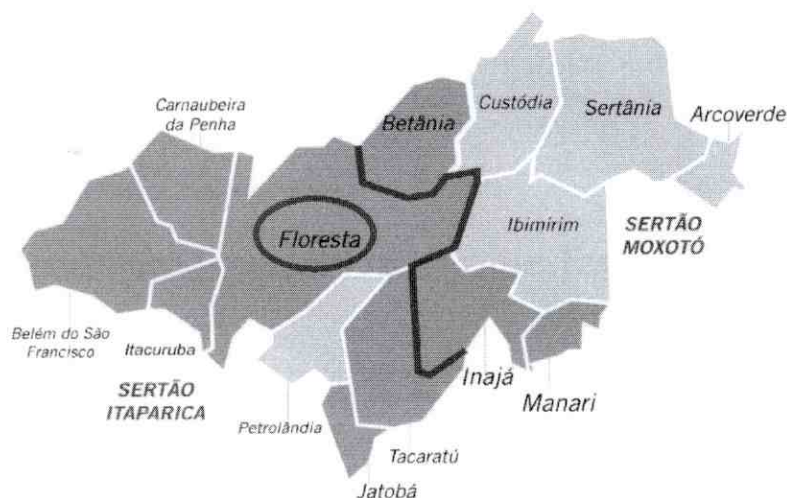
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Brejinho	PPI	7.307	11,2 km (1h 54 min)
Calumbi	PPI	5.651	36,5 km (44 min)
Carnaíba	PPI	18.585	24,4 km (27 min)
Iguaraci	PPI	11.780	64,0 km (1h 3 min)
Ingazeira	PPI	4.496	70,7 km (1h 12 min)
Itapetim	PPI	13.882	115 km (1h 58 min)
Quixaba	PPI	6.735	37,9 km (44 min)
São José do Egito	PPII	31.838	97,1 km (1h 37 min)
Solidão	PPI	5.744	72,6 km (1h 11min)



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Tabira	PPII	26.430	64,2 km (1h 6 min)
Tuparetama	PPI	7.925	94,0 km (1h 42 min)
Flores	PPII	22.171	SEDE
Total da População		162.544	

➤ SERTÃO DO MOXOTÓ E DO ITAPARICA



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Floresta	Abrigo	10

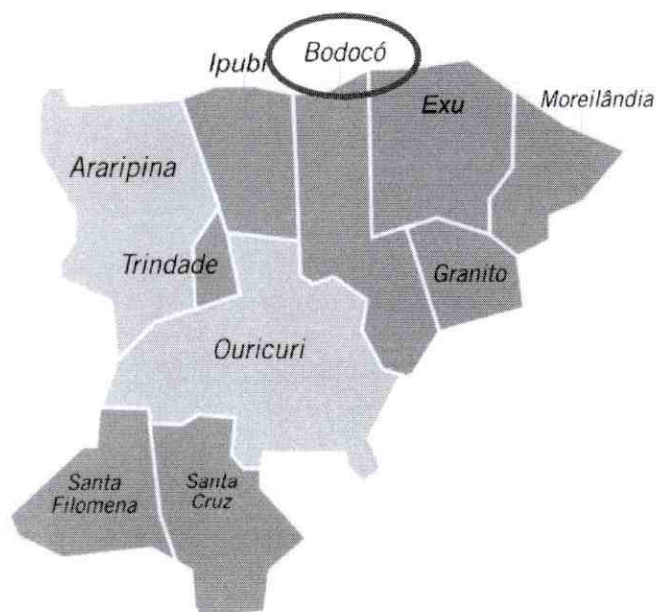
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Belém do São Francisco	PPII	20.236	69,2 km (1h 12 min)
Carnaubeira da Penha	PPI	11.782	44,2 km (1h 11 min)
Itacuruba	PPI	4.369	30,0 km (27 min)



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Jatobá	PPI	13.982	94,6 km (1h 10 min)
Tacaratu	PPII	22.073	82,9 km (1h 10 min)
Betânia	PPI	12.005	85,4 km (1h 8 min)
Inajá	PPI	19.081	140 km (2h 5 min)
Manari	PPI	18.187	173 km (2h 24 min)
Floresta	PPII	29.284	SEDE
Total da População		150.999	

➤ SERTÃO DO ARARIPE



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Bodocó	Abrigo	10

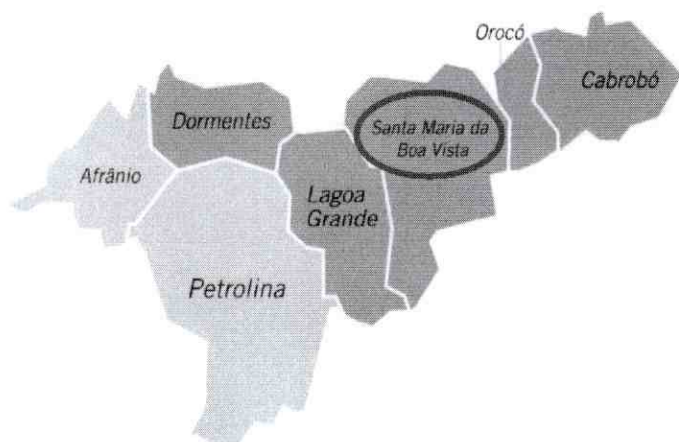
Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Exu	PPII	31.636	40,2 km (42 min)
Granito	PPI	6.857	45,3 km (49 min)
Ipubi	PPII	28.120	75,4 km (1h 26 min)
Moreilândia	PPI	11.137	64,1 km (58 min)
Santa Cruz	PPI	13.594	73,9 km (1 h 8 min)



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
 Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
 Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
 Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Santa Filomena	PPI	13.322	113 km (1h 37 min)
Trindade	PPII	26.116	44,6 km (42 min)
Bodocó	PPII	35.178	SEDE
Total da População		165.960	

➤ SERTÃO DO SÃO FRANCISCO



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Santa Maria da Boa Vista	Abrigo	10

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Cabrobó	PPII	30.883	74,3 km (55 min)
Dormentes	PPI	16.915	155 km (1h 59min)
Lagoa Grande	PPII	22.719	55,5 km (38 min)
Orocó	PPI	13.176	48,7 km (42 min)
Santa Maria da Boa Vista	PPII	39.473	SEDE




Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Total da População

123.166

➤ **SERTÃO CENTRAL**



Cobertura	Município SEDE	Modalidade	Meta
	Parnamirim	Abrigo	10



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Regionalização	Porte	Pop. IBGE 2010	KM Entre Município Sede e Vinculados
Cedro	PPI	10.778	101 km (1h 33 min)
Mirandiba	PPI	14.308	113 km (1h 39min)
São José do Belmonte	PPII	32.620	130 km (1h 54 min)
Serrita	PPI	18.331	59,5 km (53 min)
Terra Nova	PPI	9.256	37,6 km (38 min)
Verdejante	PPI	9.142	70,2 km (1h 5min)
Parnamirim	PPII	20.227	SEDE
Total da População		114.662	

METAS A SEREM ATINGIDAS E ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

A regionalização possibilita a expansão dos serviços de forma qualificada, garante cobertura nos territórios com baixa ou sem nenhuma oferta de equipamento socioassistencial no âmbito da proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes e aproxima o serviço dos locais de origem dos acolhidos e suas famílias. A implantação dos serviços será de forma gradual e de acordo com a pactuação dos critérios de prioridade.

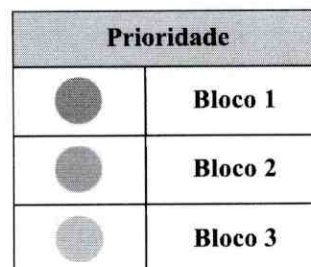
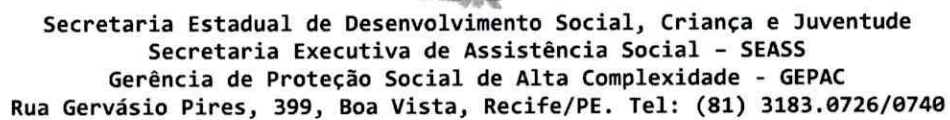
A análise dos resultados dos estudos e diagnósticos realizados tem como objetivo detectar as áreas de atendimento prioritário para a implantação de serviços regionalizados. As metas são diferenciadas pelo nível de proteção social nos territórios, e são propostas para o biênio 2019-2020, conforme o quadro resumo abaixo:

Quadro 3

Escalonamento para expansão 2019 – 2020		
Ano	Total de Serviços	Total de Metas
2019 – 2º semestre	06	110
2020 – 1º semestre	06	70
2020 – 2º semestre	06	60
Total	18 serviços	240 metas

Prioridades para Regionalização e Aspectos Considerados

1. Número de crianças e adolescentes acolhidas fora do município de origem e territorialmente distantes de suas famílias;
2. Frequência das situações de violação de direitos.



Cronograma de Implantação



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

➤ **Objetivo Específico 1** - Escalonar a implantação da oferta regionalizada dos serviços de

	2019												2020											
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
BLOCO 1																								
BLOCO 2																								
BLOCO 3																								

acordo com os maiores índices de acolhimento institucional de crianças e adolescentes por região.

Meta 1.1 - Implantar no segundo semestre de 2019 os 6 (seis) serviços regionalizados na modalidade abrigo institucional, referentes ao BLOCO 1 (Garanhuns, Saloá, Lajedo, Pombos, São Caetano e Taquaritinga do Norte).

Meta 1.2 - Implantar no primeiro semestre de 2020 os 6 (seis) serviços regionalizados na modalidade abrigo institucional, referentes ao BLOCO 2 (Tamandaré, Agrestina, Itambé, Flores, Riacho das Almas e Amaraji).

Meta 1.3 - Implantar no segundo semestre de 2020 os 6 (seis) serviços regionalizados na modalidade abrigo institucional, referentes ao BLOCO 3 (Nazaré da Mata, Floresta, Toritama, Bodocó, Santa Maria da Boa Vista e Parnamirim).

➤ **Objetivo Específico 2** - Encerrar gradativamente o atendimento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de execução direta da SDSCJ, quais sejam, Centro de Atendimento à Criança-CEAC (Garanhuns), Casa Vovó Geralda e Casa da Madalena (ambos em Recife).

Meta 2.1 - Encerrar o atendimento no Centro de Atendimento à Criança- CEAC.

Meta 2.2 - Encerrar o atendimento na Casa Vovó Geralda.

Meta 2.3 - Encerrar as atividades na Casa da Madalena.

➤ **Objetivo Específico 3** - Reduzir o número de crianças e adolescentes acolhidas fora de seus municípios de origem.

Meta 3.1- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas no CEAC oriundas dos municípios sede de serviço regionalizado.

Meta 3.2- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas na Casa Vovó Geralda oriundas dos municípios sede de serviço regionalizado.



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

Meta 3.3- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas na Casa da Madalena oriundas dos municípios sede de serviço regionalizado.

- **Objetivo Específico 4-** Diminuir a distância geográfica entre os serviços de acolhimento e os municípios de origem das crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional;

Meta 4.1- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas no CEAC para serviços regionalizados geograficamente mais próximo ao município de origem.

Meta 4.2- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas na Casa Vovó Geralda para serviços regionalizados geograficamente mais próximo ao município de origem.

Meta 4.3- Transferir com autorização judicial crianças e adolescentes acolhidas na Casa da Madalena para serviços regionalizados geograficamente mais próximo ao município de origem.

- **Objetivo Específico 5-** Reduzir os impactos financeiros com a execução direta de serviços pelo governo do estado.

Meta 5.1- Eliminar despesas com a execução do CEAC, a partir do encerramento das atividades.

Meta 5.2- Eliminar despesas com a execução da Casa Vovó Geralda, a partir do encerramento das atividades.

Meta 5.3- Eliminar despesas com a execução da Casa da Madalena, a partir do encerramento das atividades.

QUADRO SÍNTESE DE OBJETIVOS, METAS, SUBMETAS E PRODUTOS/SERVIÇOS A SEREM ENTREGUES/REALIZADOS

PÚBLICO

Crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, ambos os sexos, com ou sem deficiência ou doença crônica, afastados do convívio familiar sob medida protetiva de acolhimento institucional, determinada pela autoridade judicial competente, em virtude de abandono, orfandade, direitos gravemente violados.

Devem ser evitadas especializações e atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. A atenção especializada, quando necessária, deverá ser assegurada por meio da articulação com a rede de serviços.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES:



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O TERMO DE COLABORAÇÃO

10.1. O valor estimado para o chamamento público do objeto deste certame é o de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, conforme mapas orçamentários com preços unitários e totais em anexo.

10.2. Para se obter o valor médio de cada produto a ser adquirido foi realizado o seguinte cálculo valor médio estimado(unitário):

Quantidade X (R\$ empresas A + B+C+D)4

10.3. Na pesquisa realizada, todos os proponentes tiveram acesso às informações e características necessárias à contratação. A pesquisa foi realizada no mês de XXXXXX do corrente ano.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

UNIDADE GESTORA: 600101

AÇÃO: 14.422.0920.4322 – Acolhimento Protetivo de Criança e Adolescente.

SUBAÇÃO: 0000 – Outras Medidas

NATUREZA DA DESPESA: XXXXXX

FONTE DE RECURSOS: 101 – Tesouro Estadual



Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade - GEPAC
Rua Gervásio Pires, 399, Boa Vista, Recife/PE. Tel: (81) 3183.0726/0740